

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. O presente Termo de Referência integra a fase de planejamento da Pré-qualificação técnica, com o objetivo de assegurar a viabilidade técnica e definir os requisitos mínimos de habilitação das empresas interessadas, conforme previsto nos dispositivos legais da Lei nº 14.133/2021, em seus arts. 78 e 80, e nos Decretos Municipais nº 9.787/2023, art. 75.

1.2. A pré-qualificação técnica ocorrerá em procedimento autônomo, prévio à licitação, e terá validade de até 1 (um) ano, podendo ser atualizada a qualquer tempo, nos termos do art. 80, §3º, da Lei nº 14.133/2021. As empresas pré-qualificadas integrarão cadastro específico da Administração, que servirá de base para futuras contratações.

1.1. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Trata-se de Obra/Serviço de Engenharia de Natureza Especial.

1.1.2. Considerando a natureza do objeto – CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO NO VALE DO SOL, adota-se o enquadramento como serviço especial, nos termos do art. 6º, XXI, da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

"Serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;"

1.1.3. Tal enquadramento decorre de suas características técnicas e complexas, execução de estrutura metálica especial, estrutura pré-moldada, soluções de engenharia multidisciplinares e integração de diferentes sistemas construtivos, exigindo elevado grau de especialização técnica e capacidade operacional da contratada.



1.2. REGIME DE EXECUÇÃO

1.2.1. Com base no inciso XXXIII, do artigo 6º da Lei 14.133/2021, a Administração opta pelo regime de **contratação semi-integrada**, no qual fornecerá o projeto básico, enquanto o contratado será responsável pela elaboração dos projetos executivos, projetos complementares, execução da obra, fornecimento de bens, montagem, teste, e demais atividades necessárias para a entrega final do objeto.

2. OBJETO

2.1. **PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA RECONSTRUÇÃO DA EMEF FIORAVANTE BARLETTA - JARDIM SILVEIRA**, conforme descritivo, caracterizado e especificado neste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. JUSTIFICATIVA

3.1.1. A presente Pré-qualificação tem por finalidade selecionar empresas aptas para **PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA RECONSTRUÇÃO DA EMEF FIORAVANTE BARLETTA - JARDIM SILVEIRA**.

3.1.2. A presente contratação tem como objetivo a reconstrução da unidade escolar em virtude das condições atuais da edificação, das deficiências na infraestrutura existente e da necessidade de adequação as normas técnicas e pedagógicas contemporâneas para garantir um ambiente educacional seguro, inclusivo, eficiente e sustentável.

3.1.3. A unidade atual passou por diversas intervenções pontuais ao longo do tempo, sem que houvesse um processo de requalificação ou modernização. Atualmente o prédio apresenta comprometimento estruturais e funcionais significativos, evidenciados por fissuras, infiltrações, deterioração dos revestimentos, bem como obsolescência das instalações elétricas e hidráulicas, que não atendem mais aos padrões de segurança, conforto e eficiência exigidos.

3.1.4. Essas condições geram riscos à integridade física dos usuários e prejudicam a adequada condução das atividades

educacionais, como salas de aulas insuficientes, ambientes com iluminação e ventilação inadequadas, e ausência de infraestrutura acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

3.1.5. Do ponto de vista da segurança, a nova estrutura eliminará os riscos decorrentes das atuais condições precárias da edificação. A obra garantirá conformidade com as normas técnicas de engenharia, incluindo as normas de acessibilidade, instalações elétricas, e demais regulamentações do Corpo de Bombeiros e da vigilância sanitária.

3.1.6. Em termos pedagógicos, a nova edificação permitirá a criação de ambientes adequados às necessidades de ensino-aprendizagem, com salas de aula confortáveis, bem ventiladas e iluminadas, além da implantação de espaços pedagógicos complementares, como biblioteca, sala de informática, laboratórios, refeitório e área de convivência. Isso favorecerá o uso de metodologias educacionais mais modernas, interativas e inclusivas, contribuindo diretamente para a melhoria do desempenho escolar dos alunos.

3.1.7. A reconstrução também permitirá o redimensionamento da unidade escolar para melhor atender à demanda atual e futura da comunidade, evitando a superlotação e garantindo a qualidade no atendimento educacional. A nova estrutura estará preparada para comportar com eficiência o número de alunos matriculados, oferecendo condições adequadas para a gestão pedagógica e administrativa da unidade.

3.1.8. Por conseguinte, solicitamos a abertura de processo licitatório para a RECONSTRUÇÃO DA EMEF FIORAVANTE BARLETTA - JARDIM SILVEIRA.

3.2. JUSTIFICATIVA ADMINISTRATIVA E TÉCNICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

3.2.1. A utilização do procedimento de pré-qualificação para a contratação de empresa especializada na reconstrução da EMEF Fioravante Barletta - Jardim Silveira justifica-se sob os aspectos administrativo, técnico e operacional, em consonância com os princípios que regem as contratações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, planejamento, segurança jurídica, isonomia e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.2.2. Do ponto de vista técnico, a reconstrução de uma unidade escolar envolve serviços de engenharia de elevada complexidade e responsabilidade, abrangendo intervenções estruturais, execução de sistemas construtivos completos, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, adequações de acessibilidade, segurança, conforto ambiental e atendimento às normas técnicas e educacionais vigentes. Tais características exigem empresas com comprovada capacidade técnica, experiência específica em obras similares e corpo técnico qualificado, aptos a garantir a qualidade, a segurança e a durabilidade da edificação.

3.2.3. Sob o aspecto administrativo, a pré-qualificação permite à Administração Pública realizar, de forma antecipada e objetiva, a análise da habilitação técnica das empresas interessadas, reduzindo riscos de falhas na execução, atrasos no cronograma, paralisações indevidas e necessidade de aditivos contratuais. O procedimento contribui para maior celeridade nas etapas subsequentes da licitação, padronização dos critérios de avaliação e fortalecimento do planejamento da contratação.

3.2.4. Adicionalmente, a pré-qualificação promove a competitividade qualificada, assegurando a participação de empresas previamente avaliadas sob critérios técnicos claros e isonômicos, com total transparência e segurança jurídica. Tal medida reflete diretamente na melhoria da qualidade da obra e na adequada aplicação dos recursos públicos, assegurando que a reconstrução da EMEF Fioravante Barletta atenda plenamente às necessidades pedagógicas, funcionais e de segurança da comunidade escolar.

3.2.5. Dessa forma, a adoção da pré-qualificação mostra-se administrativamente conveniente e tecnicamente necessária, constituindo instrumento adequado para mitigar riscos, garantir a boa execução do objeto e assegurar uma contratação eficiente, segura e alinhada ao interesse público.

4. DA DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A solução proposta consiste na reconstrução integral da escola, com a demolição da edificação existente e a construção de um novo complexo educacional totalmente adequado às exigências técnicas, legais, pedagógicas e funcionais vigentes. A medida se justifica pela constatação da inviabilidade técnica e econômica de recuperação da estrutura atual, bem como pela necessidade de atendimento a uma demanda crescente por vagas escolares na região e à urgente modernização da infraestrutura física da unidade.

4.2. A nova escola será concebida a partir de projeto arquitetônico e de engenharia completamente reformulado, possibilitando uma distribuição funcional otimizada dos ambientes, com foco na segurança, acessibilidade, conforto térmico e lumínico, eficiência energética, sustentabilidade e adequação às diretrizes do Ministério da Educação (MEC). A nova escola contará com o seguinte escopo:

- 23 salas de aulas;
- Área para vivência coberta e descoberta;
- Administração (secretaria, coordenação, orientação, sala de professores, arquivo, monitoramento, etc.);
- Sala de leitura;
- Sala de recursos/maker;
- Laboratório de informática;
- Laboratório de Ciências;
- Sala uso múltiplo;
- Auditório;
- Grêmio;
- Quadra poliesportiva;
- Meia-quadra de basquete descoberta;
- Praça interna com paisagismo e pergolado;
- Estacionamento para funcionários e para Público.

4.3. A implantação da nova unidade será realizada em terreno já pertencente ao município, com possibilidade de isolamento da área durante a obra, o que garante segurança operacional e eficiência na execução dos serviços, minimizando impactos à vizinhança e



permitindo o planejamento de realocação provisória dos alunos, se necessário, para manter a continuidade das atividades escolares durante o período da obra.

4.4. Dessa forma, a solução adotada contempla de forma integral os aspectos técnicos, legais, pedagógicos e socioambientais necessários para a implantação de uma unidade educacional moderna, segura, funcional e eficiente, garantindo o pleno exercício do direito à educação com infraestrutura compatível com os padrões de qualidade esperados pelo poder público e pela comunidade local.

4.5. A prestação do serviço se dará em conformidade com o previsto no Estudo Técnico Preliminar, projeto básico de arquitetura, especificações técnicas do Memorial Descritivo, planilhas orçamentárias e no futuro Termo de Referência que são elaborados pelos setores competentes.

4.6. Resumidamente a execução do serviço contemplará:

4.6.1. Serviços preliminares: atividade que compreendem: a limpeza inicial do local da obra, a instalação de proteção contra pedestres, enfim, a preparação inicial das necessidades que permitem o desenvolvimento dos trabalhos a realizar.

4.6.2. Fundação: Os serviços de fundação compreendem a locação, escavação, regularização do terreno, execução de base em concreto magro, armação e concretagem dos elementos estruturais, seguindo o projeto e as normas técnicas vigentes, garantindo estabilidade e segurança da edificação.

4.6.3. Estrutura: A estrutura será executada em sistemas pré-moldado e metálico, envolvendo o fornecimento, montagem e fixação dos elementos estruturais conforme projeto executivo, garantindo precisão, estabilidade e desempenho conforme as normas técnicas aplicáveis.

4.6.4. Vedos: são elementos de vedação vertical, com ou sem função estrutural, essenciais para estruturar e/ou delimitar os ambientes. Consideram-se alvenarias externas e internas.



4.6.5. Vedos (demolição): Demolição de elementos de vedação vertical, com ou sem função estrutural. Consideram-se alvenarias externas e internas.

4.6.6. Impermeabilização: A impermeabilização é o processo utilizado para tornar uma superfície ou estrutura resistente à passagem de água, evitando infiltrações e danos causados pela umidade. O objetivo principal é proteger os materiais e garantir a durabilidade das construções, prevenindo problemas como mofo, corrosão e deterioração.

4.6.7. Cobertura: proteção da construção contra elementos externos, e sua escolha de materiais e técnicas depende de fatores como clima, tipo de edificação e orçamento disponível.

4.6.8. Esquadrias de madeira: As esquadrias de madeira devem obedecer rigorosamente às dimensões especificadas em projeto. Toda madeira empregada na execução de esquadrias deve estar seca, isenta de nós, empenamentos e rachaduras. O núcleo das portas, independentemente do tipo, deve possuir espessura tal que garanta o perfeito embutimento das fechaduras, não apresentando folga ou sobressalto. Os batentes devem ser fixados por parafusos de madeira, impermeabilizados, previamente chumbados na alvenaria com argamassa de cimento e areia 1: 3, havendo no mínimo 3 tacos para cada montante do batente.

4.6.9. Esquadrias metálicas: Todo o material a ser empregado, deve ser de boa qualidade e sem defeito de fabricação, ou falhas na laminação. Todos os furos dos rebites ou dos parafusos devem ser escariados e as asperezas limadas. Todas as junções por justaposição, quer que sejam feitas por meio de parafusos, rebite ou soldas por pontos, devem ter os pontos de amarração espaçados em 8 cm no máximo, havendo sempre pontos de amarração nas extremidades.

4.6.10. Instalações Elétricas: São elementos para fornecer energia elétrica de forma segura e eficiente, envolvendo a utilização de componentes elétricos como cabos, fios, disjuntores,



tomadas, interruptores e dispositivos de proteção, para distribuir eletricidade a diferentes pontos de uso dentro do local.

4.6.11. Instalações Hidráulicas: São os sistemas de encanamento e distribuição de água para fornecer água potável envolvendo uma série de componentes, incluindo tubos, conexões, válvulas, torneiras, registros e bombas. Esses elementos são utilizados para transportar a água da fonte de abastecimento até os pontos de uso. São partes integrantes das instalações hidráulicas: sistema de esgoto, sistema de água pluvial.

5.6.10. Revestimentos: São materiais aplicados sobre superfícies de paredes, pisos, tetos e outras áreas de uma construção, com o objetivo de proteger, decorar e proporcionar acabamento. São essenciais tanto para a funcionalidade quanto para a aparência de interiores e exteriores de imóveis.

4.6.12. Forros: Elementos de recobrimento interno sob as coberturas, visando isolamento térmico e/ou acústico; utilizados também para embutir tubulações em determinados ambientes; aplicação em diversos materiais.

4.6.13. Pisos: Materiais destinados à constituição e revestimento de pisos em ambientes internos e áreas externas à construção.

4.6.14. Vidro: Os serviços de vidros e espelhos envolvem o fornecimento, corte, lapidação e instalação conforme projeto, com fixação e vedação adequadas, assegurando alinhamento, segurança e acabamento estético de qualidade.

4.6.15. Pintura: Acabamento final para dar proteção contra intempéries, umidade, sujeira e desgastes às paredes, conservação de elementos metálicos evitando a corrosão e conservação de elementos de madeira, evitando a absorção de água e de umidade, proporcionando também o embelezamento das superfícies.

4.6.16. Serviços Complementares: Serviços diversos visando à preparação e cuidados na obra, sendo os serviços complementares os



que vão garantir a entrega da obra em perfeito estado de utilização para os usuários, objetivando higiene e estética ideais.

4.6.17. Paisagismo: A preparação do terreno a receber a vegetação artificial deverá ser feita de maneira que todo e qualquer tipo de vegetação rasteira ou entulho existente seja retirado, possibilitando assim a colocação da base para implantação do gramado sintético, instalação dos equipamentos, recreação e dos mobiliários urbanos.

4.6.18. Serviços técnicos: atividades especializadas realizadas por profissionais qualificados para garantir o planejamento, execução, controle e manutenção de projetos e obras. Isso inclui análise, consultoria, elaboração de projetos, inspeção, testes, cálculos, entre outros serviços que asseguram a viabilidade, segurança e qualidade das construções e sistemas, conforme as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

4.6.19. Pavimentação: Os serviços de pavimentação compreendem a execução de guias e sarjetas, incluindo forma, concretagem e acabamento, conforme alinhamentos e níveis definidos em projeto, assegurando o correto escoamento das águas pluviais.

4.6.20. Andaimes metálicos: Em todos os trabalhos executados em fachadas ou em qualquer atividade elevada do solo, deverão ser utilizados andaimes metálicos de encaixe. Os andaimes deverão ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas a que estarão sujeitos e de forma que tenham altura que permita o trabalho, ou seja, a mobilidade, o acesso de pessoas e materiais, segundo as determinações da NR18. Deverão estar bem firmes e escorados, tendo seus montantes apoiados sobre calços ou sapatas, capazes de resistir aos esforços e às cargas transmitidas e serem compatíveis à resistência do solo. Não será admitida a utilização de emendas nas tábuas utilizadas como piso sobre os andaimes. O contraventamento é necessário e será feito na diagonal. Deverá sempre existir guarda-corpo.



4.7. O serviço envolve atividades técnicas com base no conhecimento prático aplicados ao planejamento, desenvolvimento e execução de uma obra.

4.8. Diferentemente de uma obra comum ou da prestação de serviços padronizados, o presente objeto caracteriza-se, como obra/serviço especial de engenharia, conforme definição estabelecida pela Lei nº 14.133/2021.

4.9. Tal enquadramento decorre de suas características técnicas e complexas, que envolvem demolição integral da edificação existente, execução de estrutura metálica especial, soluções de engenharia multidisciplinares e integração de diferentes sistemas construtivos, exigindo elevado grau de especialização técnica e capacidade operacional da contratada.

4.10. Com base no inciso XXXIII, do artigo 6º da Lei 14.133/2021, a Administração opta pelo regime de contratação semi-integrada, no qual fornecerá o projeto básico, enquanto o contratado será responsável pela elaboração dos projetos executivos, projetos complementares, execução da obra, fornecimento de bens, montagem, teste, e demais atividades necessárias para a entrega final do objeto.

4. LICENCIAMENTOS

4.1. Quanto à eventual elaboração de **Relatório de Impacto Ambiental**, este não se faz necessário no presente caso, vez que o serviço/obra não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 2º, da Resolução CONAMA 001/1986, ou seja, a sua execução não se mostra potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

4.2. A expedição de **Alvará de Construção** se mostra prescindível, haja vista que tal procedimento carece de norma municipal prevendo sua exigência e ainda, requerer que a Administração Municipal solicite para si mesma a referida autorização, mediante a anuência expressa de seus próprios órgãos técnicos, configuraria formalidade excessivamente burocrática, o que deve ser repelida, sob pena de afronta aos princípios constitucionais da legalidade



e, sobretudo, da eficiência, ambos esculpidos no “caput” do artigo 37, da Constituição Federal.

4.3. Caso haja necessidade de licenciamento ambiental do serviço/obra, autorizações de órgãos como CETESB, Polícia Federal, Secretaria do Meio Ambiente, DAEE, e outros órgãos, caberá à detentora/contratada tomar todas as providências para a obtenção das licenças, autorizações, regularizações, etc., bem como, os custos inerentes a tais procedimentos.

4.4. A presente contratação visa gerar impactos ambientais, uma vez que a contratada para a realização da obra e serviços de engenharia deverá realizar com responsabilidade ambiental, visando à economia da manutenção e operacionalização, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais considerando a composição, características ou componentes sustentáveis que reduzam o impacto ambiental, conforme o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo II.

4.5. A geração de resíduos sólidos comuns à obra de construção civil, tem previsão de destinação nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002.

5. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

5.1. A presente licitação envolve serviços de engenharia classificados como comuns e de baixa complexidade técnica. Dessa forma, fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, pelos seguintes motivos:

5.1.1. Simplicidade e baixa complexidade dos serviços: Os serviços a serem executados não apresentam alto grau de complexidade técnica, tampouco exigem especializações múltiplas que justifiquem a união de empresas com competências distintas. O mercado possui ampla oferta de empresas habilitadas a executar esse tipo de reforma atuando individualmente.

5.1.2. Evitar fragmentação de responsabilidades: A atuação de empresas consorciadas pode gerar pulverização de obrigações



contratuais, dificultando a responsabilização direta por falhas na execução.

5.1.3. Facilidade na gestão contratual: A vedação visa facilitar a fiscalização, a comunicação e o controle da execução da obra por parte da Administração, evitando entraves operacionais e burocráticos típicos da gestão de contratos com consórcios.

5.1.4. Adequação ao interesse público: A restrição está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público, uma vez que visa garantir maior celeridade, clareza contratual e segurança jurídica na execução da obra.

5.2. Portanto, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, e diante das características técnicas e administrativas do objeto, **fica vedada a participação de empresas em consórcio na presente licitação.**

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O Prazo de vigência do Contrato será de **720 (setecentos e vinte) dias**, podendo ser prorrogado na forma da lei.

6.2. O Serviço será executado na área situado na Via Taboão, 742 - Jardim Silveira.

6.3. A execução do objeto será a partir da emissão da ordem de início, estabelecido pela Secretaria de Obras.

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

6.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, é de cinco anos, conforme artigo 618 do Código Civil:

"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá

durante o prazo irredutível de cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim como em razão dos materiais e do solo.”

7. REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da ordem de início.

7.2. Em caso de eventuais necessidades, os preços contratados poderão ser reajustados, de comum acordo entre as partes, caso seja ultrapassado o prazo contratual, a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do índice **FIPE - IPOP - Edificações Geral**, ocorrida entre a **DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DATA BASE - I0)** e o **DECURSO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**.

7.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 9.787, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total e parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnicos alocados na Secretaria de Obras, ao qual competirá o acompanhamento da execução do contrato, anotando toda e qualquer ocorrência.

8.6. No caso de se contatar irregularidades deverá notificar a Contratada para correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.9. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil para sua tramitação, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.



9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

9.4. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação, objetos do presente Termo, no que couber.

9.5. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços acordados se realizem com profissionalismo e perfeição, dentro dos parâmetros das normas competentes.

9.6. Fornecer aos seus empregados EPI's, uniformes e crachá de identificação, de uso obrigatório durante a execução dos Serviços.

9.7. Manter um encarregado durante a execução do serviço para supervisionar o andamento das atividades e solucionar problemas se necessário.

9.8. Recrutar, em seu nome sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do Município de Barueri.

9.9. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social.

9.10. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção;

9.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados em atividade, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.



9.12. Providenciar para que todos os seus empregados em atividade cumpram as normas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

9.13. Ao abrigo das leis em vigor, a empresa contratada deverá providenciar, após a assinatura do contrato, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU)** dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Mediante requerimentos apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas após decurso dos respectivos períodos, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

10.2. O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades dos serviços executados no período, aplicados os preços unitários propostos.

10.3. Os pagamentos observarão os seguintes critérios:

10.3.1. As medições serão apresentadas até o terceiro dia útil, após o encerramento do período;

10.3.2. O órgão competente da Prefeitura Municipal de Barueri promoverá a conferência e aprovação da medição, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da apresentação;

10.3.3. As faturas dos serviços prestados deverão ser apresentadas de acordo com a Ordem de Serviço correspondente, que deverão ser emitidas no primeiro dia subsequente à medição e aprovação dos serviços efetivamente executados;

10.3.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da liberação promovida pela Secretaria de Obras;



10.3.5. No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela CONTRATANTE;

10.3.6. A empresa contratada deverá apresentar relatórios técnicos mensais dos serviços realizados durante o período de medição.

11. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. O recebimento provisório deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias contatos a data de pagamento da medição final.

11.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

11.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e/ou Instruções exigíveis.

11.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

12. CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

12.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

12.1.1. Prova de Patrimônio Líquido igual ou superior a **R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais)**.

12.1.2. Justifica-se este pedido, ao abrigo do **art. 69.º, §4.º** da Lei Federal n.º 14.133/2021, trata-se também de uma forma de segurança no sentido da Administração saber sobre a "saúde financeira" da empresa concorrente.

12.1.3. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (noventa) dias**.

12.1.4. Caução, seguro garantia ou fiança bancaria, deverá ser no valor estipulado de 1,0% (um por cento), sobre o valor base estimado para contratação, conforme art. n.º 58 e seus parágrafos da Lei 14.133 de 2021.

12.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

12.2.1. Prova de Registro no **CREA** ou **CAU**;

12.2.2. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), e seus anexos (quando a Certidão assim exigir), expedida(s) pelo CREA/CAU, do(s) profissional(is), de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando a execução de obras e/ou serviços de características semelhantes ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às apresentadas a seguir, que são as que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo

- **ESTACA ESCAVADA HÉLICE CONTINUA - DIÂMETRO 50 CM**
- **ARMADURA EM AÇO CA-50**
- **ESTRUTURA METÁLICA VERTICAL - PATINAVEL**
- **ESTRUTURA EM AÇO PARA PASSARELAS**
- **ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ MOLDADO**
- **TELHA TRAPEZOIDAL DUPLA EM AÇO GALVANIZADO**
- **CAIXILHO DE ALUMINIO ANODIZADO. BRONZE, VIDRO 8MM, REFLEXIVO, COM CONTROLE SOLAR+PVB VERDE**



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

- **BRISE**
- **DEMOLIÇÃO DE PRÉDIO EXISTENTE**
- **SISTEMA DE AR CONDICIONADO EM ÁREA ESPECÍFICA**
- **MICROGERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, SISTEMA ON-GRID, COM PLACAS DE CAPTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR, INVERSORES INTERLIGADOS NA REDE DA CONCESSIONÁRIA.**

12.2.3. A Certidão de Acervo Técnico - CAT deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do(s) profissional(is), sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º da Resolução nº 218 do CONFEA e pela Lei Federal nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 (CAU) e relacionadas à execução e/ou fiscalização dos serviços;

13.2.4. O Licitante deverá apresentar, declaração de indicação de responsável técnico legalmente habilitado conforme critérios estabelecidos no presente edital.

13.2.5. O(s) profissional(is) detentor(es) da CAT, deverá(ão) ter vínculo com a Licitante na data da celebração do contrato. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) detentor(es) da CAT pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

12.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

12.3.1. Atestado(s) em nome do Licitante, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de obras, e/ou serviços de características semelhantes ou similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente, similares ou superiores às apresentadas a seguir, que são às que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo:

- **ESTACA ESCAVADA HÉLICE CONTÍNUA - DIÂMETRO 50 CM.... 3.760,00 M**
- **ARMADURA EM AÇO CA-50.....118.450,00 KG**
- **ESTRUTURA METÁLICA VERTICAL - PATINÁVEL.....60.890,00 KG**



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

- ESTRUTURA EM AÇO PARA PASSARELAS47.400,00 KG
- ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ MOLDADO.....790,00 M3
- TELHA TRAPEZOIDAL DUPLA EM AÇO GALVANIZADO.....1.930,00 M2
- CAIXILHO DE ALUMINIO ANODIZADO. BRONZE, VIDRO 8MM, REFLEXIVO, COM CONTROLE SOLAR+PVB VERDE.....285,00 M2
- BRISE.....680,00 M2
- DEMOLIÇÃO DE PRÉDIO EXISTENTE.....3.175,00 M3
- SISTEMA DE AR CONDICIONADO EM ÁREA ESPECIFICA
- MICROGERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, SISTEMA ON-GRID, COM PLACAS DE CAPTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR, INVERSORES INTERLIGADOS NA REDE DA CONCESSIONARIA.

NOTA: Pode-se analisar que as exigências são "quantidades razoáveis", considerando a dimensão dos serviços, e mais, não ultrapassam 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida.

12.3.2. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Coordenador(es) pelas obras/serviços, objeto desta Licitação.

12.3.3. Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

12.3.4. A Licitante deverá apresentar composição dos preços separadamente, para cada tipo de serviços.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR

13.1. Conforme planilha orçamentaria base, que é parte integrante do processo licitatório, estima-se que o valor global **R\$ 63.455.967,96 (sessenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos)** para execução da prestação do objeto.

13.2. A planilha orçamentária da Prefeitura Municipal de Barueri (PMB) integra referenciais de diversas bases de dados nacionais e complementares para garantir o alinhamento e consistência com padrões oficiais.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

13.3. Com objetivo de garantir a transparência, a planilha orçamentária PMB é publicada, em meio oficial, com periodicidade semestral, assegurando a atualização dos dados e cumprimentos dos critérios de controle adotados pela Administração.

14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de "**menor preço global**".

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria de Obras.

16. NOTA FINAL

16.1. O processo objeto desta licitação foi orientado e supervisionado pelo Secretário da pasta.

17.2. Este Termo de Referência originou-se com base no **Estudo Técnico Preliminar**, caracterizando uma contratação de interesse público com envolvimento de sua melhor solução.

17.3. Em todos os casos omissos, respeitar-se-á as leis em vigor, nomeadamente ao estipulado na **Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal n.º 9.787/23.**

Barueri, 26 de janeiro de 2026.





Assinaturas do documento

"Termo_de_Referência_Req._00003166_2026"



Código para verificação: **Q685Z1I0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALESSANDRO AUGUSTO DOS SANTOS** (CPF: ***.518.248-**) em 27/01/2026 às 10:57:16 (GMT-03:00)
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 22/07/2025 - 08:26:46 e válido até 22/07/2028 - 08:26:46.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://solarbpm.barueri.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e o código **Q685Z1I0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.